

PRÁTICAS DA
HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

Nº 13 - 2021



Recensão a *Critique of Modern
Barbarism. Essays on fascism,
anti-Semitism and the use
of history*, de Enzo Traverso

Rui Bebiano

Práticas da História, n.º 13 (2021): 247-255

www.praticasdahistoria.pt

Enzo Traverso
Critique of Modern Barbarism.
Essays on fascism, anti-Semitism
and the use of history
Amsterdam: International Institute
for Research and Education, 2020, 345 pp.

Rui Bebiano*

O trabalho do historiador italiano Enzo Traverso (ET) tem sido preenchido com assuntos que no seu território profissional, mas também no interesse público, permanecem atuais e controversos. Integra sinais vindos de um passado mais ou menos próximo que se cruzam com múltiplas e contraditórias linhas interpretativas ancoradas no presente, como o são o sentido histórico tomado pelos horrores de Auschwitz e de Kolima, os problemáticos contornos do conceito de totalitarismo, a permanência conflituante da tradição judaica dentro da história cultural da Europa, ou a preocupante perenidade do fascismo italiano, da violência nazi e das suas sombras, bem como a rica e complexa tradição cultural do socialismo e da esquerda.

Em conexão com estes temas, Traverso tem-se ocupado também com problemas incontornáveis para quem observa e interpreta o passado de uma forma atenta e crítica que são levantados pela conexão entre história, memória e violência política. Ao mesmo tempo, o seu particular interesse por temas próximos da atualidade transforma estas

* Rui Bebiano (ruibebiano@gmail.com), Centro de Estudos Sociais, Colégio de São Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra. Recensão original: 12-10-2021. Versão revista: 09-12-2021. Aceite: 09-12-2021.

dimensões da ligação humana com o passado em algo que não pode deixar de dialogar – independentemente do rigor inerente à intervenção própria dos historiadores, que ET jamais usa como alibi para produzir um discurso assético – com as suas escolhas políticas, com os ecos do trabalho que desenvolve no universo académico, e, acima de tudo, com o seu impacto junto dos setores da opinião pública atentos, em particular na Europa e nas Américas, a acontecimentos e a perspectivas que cruzaram o último século e meio.

Marca igualmente transversal ao percurso de Traverso, relativamente pouco comum num campo historiográfico tantas vezes complacente e pouco crítico em relação à maioria das obras produzidas e aos conceitos de que estas se servem, é a dimensão questionadora do olhar de outros autores que sempre se encontra na sua escrita. Esta revela-se com peculiar clareza nos doze ensaios, escritos originalmente entre 1993 e 2018, que são compilados neste volume. Em chamada de atenção que deixa logo no início, o autor lembra o facto de eles retomarem escritos e preocupações consideravelmente anteriores a esta edição, datada de 2020, sobretudo no que respeita ao facto de, em boa medida, ela replicar, embora em edição parcialmente revista, o seu estudo *Understanding the Nazi Genocide*, saído em 1999.

Atravessando como um *leitmotiv* este conjunto dos estudos, encontra-se o Holocausto e diferentes olhares e interpretações de que foi objeto. Mas estão igualmente temas com ele conexos, como o impacto do nacional-socialismo no pós-guerra, facetas da cultura de origem judia alemã na diáspora ou interpretações do antissemitismo e da emergência do próprio nazismo. Partindo sempre o autor do princípio segundo o qual a conexão orgânica entre o potencial de violência que o Holocausto colocou em prática e interpretações correntes após a Segunda Guerra Mundial junto da opinião pública das sociedades democráticas foi bastante mais efetiva do que algumas leituras terão feito crer. No eixo desta aproximação, está, como ponto de partida fulcral, a convicção, da parte de ET, de que existiu uma «razão instrumental» do capitalismo capaz de determinar escolhas que de outro modo muito provavelmente não teriam ocorrido.

O volume encontra-se dividido em três partes, cada uma delas composta de quatro artigos. A primeira, «Interpreting history», apoia-se no debate sobre o caráter único do Holocausto, enfatizando em alguns momentos o papel do marxismo enquanto teoria social que pode ser colocada ao serviço da sua interpretação. Como ideia que determina a sua leitura, Traverso rejeita desde logo as posições de autores como Elie Wiesel e Theodor Adorno, pelo facto de estes, ao definirem o Holocausto principalmente pelo seu caráter «único», ou excecional, o colocarem fora da comparabilidade, e assim de uma possibilidade racional de compreensão. O que, considera, pode em última instância levar à sua negação como fenómeno carateristicamente humano, assim excluindo a hipótese de que possa ser observado no contexto da época e das suas complexas circunstâncias.

Sem sombra de dúvida, Traverso entende o Holocausto como fenómeno terrífico e com uma brutal dimensão de experiência genocida, mas considera também que aquilo que o tornou único foi uma mistura de «biologia racial» sustentada no plano teórico com a intervenção da burocracia moderna e da tecnologia industrial que a acompanha, ambas produtos do capitalismo e, de uma forma muito particular, do alemão. É em ligação com esta leitura que, como símbolo maior do Holocausto e enquanto categoria e expressão de um «barbarismo moderno» – a expressão é de ET – que Auschwitz funciona como sua suprema metáfora, considerando que foi este complexo de campos a servir de forma perfeita a expansão do capitalismo alemão e o enriquecimento da sua elite dirigente, ao mesmo tempo que sinalizou de uma forma absoluta a dimensão industrial do assassinato de massa, perpetrado em diferentes etapas mas sempre conduzido sem vacilações e encarado como necessidade, não apenas do regime nacional-socialista, mas também da nação alemã, com ele sistematicamente confundida pela sua elite política dirigente.

Ainda na primeira parte, esta interpretação do Holocausto é acompanhada de considerações sobre o alcance do antissemitismo na sua íntima relação com a emergência do nacional-socialismo, e também sobre a sua interpretação, após o termo da guerra, por parte de intelectuais interessados no tema, muitos eles de origem judaica. Algumas

dimensões importantes sobre as quais Traverso aqui desenvolve uma reflexão aguda, sempre associada à crítica de leituras sobre elas propostas, são a cultura germano-judaica da diáspora quando confrontada com a experiência do nacional-socialismo (abordando em particular Benjamin, Arendt, Adorno, Horkheimer, Anders ou Marcuse) e, uma vez mais, o entendimento de Auschwitz como conceito paradigmático. Este é também tomado, em termos de responsabilidade política tomada *a posteriori*, como instrumento de produção de um rastro tão longo e intenso quanto o foram aqueles projetados sobre outros momentos históricos, como o Caso Dreyfus, a Guerra Civil Espanhola ou os conflitos armados da Argélia e do Vietname.

O manto de silêncio sobre o que aconteceu naquele momento – aqui particularmente enfatizado com o caso de Primo Levi, o ex-deportado dramaticamente emudecido – é também abordado, em associação com o facto de muitos dos intelectuais que foram atores ou testemunhas daquele processo terem sido sistematicamente encarados, e em alguns casos autodefinidos, como párias. Em articulação com este aspeto, é particularmente esclarecedor o terceiro capítulo, onde se propõe uma leitura de *Réflexions sur la question juive*, um livro publicado em 1957 por Sartre, que Traverso considera emblemático do silêncio imposto sobre o Holocausto e o destino dos judeus, dos quais o filósofo ali praticamente não fala: «Sartre não só jamais colocou o genocídio no centro da sua reflexão, como elaborou os seus argumentos como se este jamais tivesse ocorrido». De facto, para muitos intelectuais antifascistas, o símbolo da barbárie nazi não era então Auschwitz, mas antes Buchenwald, principal campo destinado a deportados políticos, com os quais mais facilmente se identificavam.

Notável também é o capítulo quarto, onde o autor sistematiza, no confronto com diferentes caminhos da investigação histórica, várias reflexões sobre Auschwitz. Estabelecem-se aqui algumas marcas de comparabilidade com dois outros acontecimentos-paradigma de enorme impacto, nos quais o assassinato ou o aviltamento do humano emergiram de um modo fortemente representativo. O primeiro é Kolima, o grande campo siberiano aqui visto como metáfora de todo o sistema repressivo

estalinista, em particular aquele vocacionado para o esmagamento dos seus inimigos políticos reais ou imaginários, fossem eles «criminosos» (de facto, muitos eram dissidentes, grande parte antigos bolcheviques), *kulaks* e membros de outros grupos sociais ou étnicos perseguidos, ou «trotskistas» (uma categoria que abrangia uma panóplia vastíssima e heterogénea de opositores de esquerda). O segundo acontecimento-paradigma é Hiroshima, recorrendo ao bombardeamento de 6 de agosto de 1945, seguido três dias depois de outro sobre Nagasaki, cujo horror conteve a particularidade de ter correspondido, ao contrário dos dois anteriores, a uma forma de extermínio sem motivação ideológica explícita e que foi cometida, sem deportações ou campos de concentração, por um Estado considerado «não-totalitário».

Neste capítulo, Traverso sistematiza ainda algumas das características que tornaram o paradigma de Auschwitz único, mas ao mesmo tempo inteligível. Identifica desde logo algumas das condições que o definem por comparações com o modelo de Kolima e a experiência do Gulag: apesar de ambos traduzirem a existência de campos de terror e morte, um, o alemão, teve uma extensão no tempo muito menor e ao mesmo tempo uma atividade mais intensa em termos de capacidade letal, estando também preferencialmente vocacionado para ser um instrumento de guerra, enquanto o sistema estalinista não visava produzir uma ordem racial, mas antes um regime fundado na luta de classes dentro de uma sociedade ordenada e formalmente pacificada. Porém, o essencial da caracterização de Auschwitz coloca-o o historiador italiano, com recurso a diversos exemplos, na sua repercussão como instante fundador de um «uso público da história» e da sobrevivência da memória que têm feito com que se mantenha ainda com uma negra e omnipresente sombra projetada sobre o mundo contemporâneo.

Na segunda parte do livro, «Debates», Traverso embrenha-se em comentários críticos de diferentes interpretações do Holocausto com um particular impacto na comunidade de historiadores e igualmente junto de um público alargado. Dando o mote, o quinto capítulo desenvolve uma abordagem da polémica obra *Hitlers' Willing Executioners: Ordinary Germans and The Holocaust*, publicada em 1996 pelo norte-ame-

ricano Daniel Goldhagen (seguida em 2002 de outro título controverso: *A Moral Reckoning. The Role of the Catholic Church in the Holocaust*). Segundo ET, a obra possui a vantagem de destacar o antissemitismo dos nazis e o facto de o Holocausto não ter sido meramente «funcionalista», antes correspondendo a objetivos com um lastro que se pretendia profundo na relação com o trajeto histórico da Alemanha. Já muito mais controverso terá sido o esforço desenvolvido por Goldhagen, vendo o genocídio «como um projeto nacional alemão», que coloca numa genealogia «intencionalista» capaz até de anteceder a emergência do nazismo, para estender a culpa pela sua ocorrência a boa parte da população alemã e também, por extensão, a uma proporção muito significativa de cidadãos de alguns dos territórios ocupados, em particular da Polónia, que em consonância com o seu próprio antissemitismo teriam assumido a missão «alemã» de fazer desaparecer os judeus. Traverso chama a atenção para a forma como, numa certa volúpia de culpabilização dos alemães, Goldhagen praticamente apagou o combate de muitos que foram antinazis e pereceram vítimas do regime hitleriano.

O capítulo seguinte contextualiza e debate as obras *The Holocaust in American Life*, de Peter Novick, saída em 1999, e *The Holocaust Industry: Reflexions on the Exploration of Jewish Suffering*, publicado no ano seguinte por Norman Finkelstein. Ambos os historiadores norte-americanos prestaram atenção à forma como o reconhecimento público do Holocausto passou por diferentes fases, desde a década de 1950, em que era ainda praticamente ignorado, até a uma nova fase em que, em ligação com episódios e circunstâncias como, entre outros, o julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém, a Guerra dos Seis Dias ou a projeção em 1978, de forte impacto mediático, da série de televisão *Holocaust*, passou a ser alvo de grande visibilidade pública. Todavia, Novick e Finkelstein retiraram desta dimensão consequências opostas, que Traverso discute.

Para o primeiro, esse processo de visibilização pública, para além de produzir um reconhecimento do genocídio, terá criado uma forma de olhar a identidade judaica, assente na valorização da vítima, que levou a subvalorizar todo o restante trajeto histórico dos judeus, ao

mesmo tempo que introduziu na construção da consciência histórica dos Estados Unidos um novo elemento de identidade associado aos que ali viviam. O escritor e ativista Elie Wiesel terá sido um dos sacerdotes desta nova forma de religião secular, assente num «judeocídio» que Novick considera poder tomar a forma de uma evasão da história e de uma fuga à responsabilidade política. Já para Finkelstein, filho de sobreviventes do *ghetto* de Varsóvia, aquele processo de divulgação conduziu à constituição de uma exagerada «indústria do Holocausto», apoiada sobretudo em alguma historiografia e no memorialismo, tese que Traverso considera simplista e bastante unilateral, tendendo a reintroduzir os olhares sobre o Holocausto num processo de apagamento da memória.

Nos outros dois capítulos que compõem esta parte do volume, o autor aborda ainda os trabalhos, a seu ver perniciosos do ponto de vista da compreensão do tema, propostos pelo historiador Timothy Snyder e pelo realizador francês Claude Lanzmann. Ao primeiro aponta principalmente o facto de, em *Bloodlands: Europe Between Hitler and Stalin*, de 2010, fazer depender o projeto nazi de uma preocupação ecológica que teria determinado toda a política da Alemanha, inclusive a de extermínio, bem como, em outras intervenções, a sua admiração por dirigentes sionistas, como Begin, Shamir ou Netanyahu, aplaudindo o seu papel na construção de uma política israelita agressiva, tendente a controlar os recursos naturais da região, deste modo contribuindo, segundo Traverso, para obscurecer uma perspetiva mais completa e justa das fases mais recentes da história dos judeus. Já sobre Lanzmann, autor do popularíssimo documentário televisivo *Shoah*, produzido em 1985, ET aponta a contradição existente entre as suas posições anti-colonialistas e o seu profundo sionismo, que o leva omitir a existência de numerosos colaboracionistas judeus e a negar a atual opressão dos palestinianos nos territórios ocupados, enquanto defende Israel como o único obstáculo a uma nova expansão do antissemitismo.

Por último, na terceira secção, «The left and anti-Semitism», Traverso regressa a alguns aspetos antes abordados, agora encarados sob diferentes perspetivas e colocando algumas questões sobre a forma

como na atualidade, a partir do exemplo de algumas experiências e de determinadas interpretações do Holocausto, pode (e deve) fazer-se frente – em termos políticos, mas também historiográficos – à desculpabilização e ao negacionismo do fascismo. Observa principalmente a forma como, no contexto da tomada do poder pelos nazis em 1933, a política do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), mas também a do Partido Comunista (KPD) contribuíram para abrir o caminho a esse dramático passo. «Depois de Hitler, será a nossa vez», proclamou Ernst Thälmann, líder do KPD, poucos meses antes da vitória nacional-socialista, ao mesmo tempo que ignorava totalmente a frente unida proposta pelos apoiantes locais de Trotsky, então com algum peso político na Alemanha, e apelidava o SPD de «social-fascista». Nesta secção ET aborda ainda alguns aspetos da interpretação do Holocausto e do nazismo pela teoria marxista.

No derradeiro capítulo do livro, «The debt: the Warsaw ghetto uprising», Traverso mostra a sua admiração incondicional pela revolta de Varsóvia, que considera um dos momentos cruciais e heroicos do Holocausto. Coloca o essencial das lições da revolta quando a apresenta enfaticamente, na última página, como um guia para a ação a tomar em conta no presente: «Os combatentes do *ghetto* legaram-nos uma mensagem universal de humanismo e esperança (...). O povo não se revolta apenas quando tem uma hipótese de vencer; revolta-se porque não pode aceitar o insulto à dignidade humana (...) Agora cabe-nos a nós pôr as virtualidades terapêuticas da memória em movimento.»

Para concluir, e sem exaurir o conjunto de temas levantado nestes ensaios de Enzo Traverso, três curtas ideias sugeridas pela sua leitura. Em primeiro lugar, nele se mostra a diversidade de interpretações possíveis do Holocausto, tomando-o em qualquer caso como expressão de barbárie no interior da «civilizada Europa», com possibilidades de, ainda que de uma outra forma, poder voltar a ocorrer. Em segundo lugar, nele se deixa claro o interesse em usar categorias «supra-históricas», como as três referências paradigmáticas atrás mencionadas, enquanto instrumentos catalisadores de escolhas interpretativas e de tomadas de posição no campo da história. Em terceiro e último lugar, nele se

demonstra, uma vez mais, que as fronteiras da história, como processo, como saber ou como testemunho, são sempre porosas, sendo também não só inútil como perigoso encarar cada um dos seus momentos, em particular aqueles mais dramáticos, como páginas definitivamente voltadas.

Referência para citação:

Bebiano, Rui. "Recensão a *Critique of Modern Barbarism. Essays on fascism, anti-Semitism and the use of history* de Enzo Traverso". *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 13 (2021): 247-255.